



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de Empresa para Publicações no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal de Grande Circulação.

1. Necessidade da Contratação

A Administração Pública Municipal tem o dever de garantir **transparência, publicidade e legalidade** aos atos administrativos, conforme os princípios da administração pública dispostos no art. 37 da Constituição Federal e na **Lei nº 14.133/2021** (nova Lei de Licitações e Contratos). A publicação de atos oficiais, como **editais, contratos, balanços, portarias, entre outros documentos**, é requisito essencial para a **validade e eficácia** de diversos procedimentos administrativos.

Assim, torna-se necessária a **contratação de empresa especializada** na intermediação e/ou realização de publicações legais no:

- **Diário Oficial da União (DOU);**
- **Diário Oficial do Estado (DOE);**
- **Jornais de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul**, conforme exigido pela legislação ou conveniência da Administração.

2. Descrição da Solução Demandada

A solução consiste na contratação de empresa que possa oferecer:

- Serviços de **intermediação, formatação e envio** de matérias a serem publicadas;
- Acompanhamento e **comprovação das publicações realizadas**, com envio de cópias autenticadas ou digitalizadas;
- Atuação conforme prazos e requisitos legais, com **resposta em até 24 horas úteis** após o envio do conteúdo.

3. Requisitos da Contratação

Conforme art. 11, §1º, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021, os principais requisitos da contratação são:

- Capacidade técnica e legal para realizar ou intermediar publicações nos veículos oficiais;
- Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Demonstração de experiência prévia com serviços similares;
- Capacidade de cumprimento de prazos legais;
- Fornecimento de **comprovantes de publicação** válidos para fins administrativos e jurídicos.

4. Estimativa da Demanda e Custos

A demanda média esperada, com base em registros dos últimos 12 meses, é de aproximadamente:

- **15 publicações/mês**, com variação conforme o calendário fiscal e licitatório;
- Publicações com média de **6 cm/coluna por matéria** em jornais de grande circulação.

A estimativa de custo será levantada por meio de **pesquisa de preços de mercado**, conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo:

- Tabelas de preços do DOU e DOE;
- Tabela de centímetro/coluna dos jornais;
- Propostas de empresas especializadas.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER**



5. Riscos da Contratação (Art. 20, inciso III)

Risco	Probabilidade	Impacto	Mitigação
Atrasos nas publicações	Média	Alto	Estabelecer SLA e penalidades contratuais
Publicação em veículo inadequado	Baixa	Médio	Exigir comprovação de registro e tiragem
Erros de digitação/edição	Média	Médio	Exigir revisão e aprovação prévia da arte-final
Ausência de comprovação válida	Média	Alto	Condicionar pagamento à entrega de comprovantes

6. Análise de Alternativas (Art. 20, inciso II)

Foram analisadas as seguintes opções:

- **Publicação direta pelo Município:** inviável, pois não há credenciamento junto aos veículos oficiais;
- **Criação de Diário Oficial próprio:** alternativa custosa e complexa, inviável para municípios de pequeno/médio porte;
- **Convênio com entidade pública:** não há previsão legal ou operacional atual para essa solução.

A contratação de empresa especializada é, portanto, **a alternativa mais vantajosa, eficiente e exequível**, conforme o inciso I do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

7. Alinhamento com o Planejamento da Contratação (art. 18, §1º)

A presente contratação está inserida no planejamento institucional, sendo instrumento essencial à **eficiência administrativa, à transparência pública** e ao cumprimento das exigências legais quanto à divulgação dos atos administrativos.

8. Conclusão

O presente Estudo Técnico Preliminar conclui pela **viabilidade e necessidade da contratação** de empresa especializada para a realização de publicações oficiais do Município, em atendimento ao interesse público e às determinações legais da **Lei nº 14.133/2021**. A contratação garantirá a publicidade e a legalidade dos atos administrativos, com observância aos princípios da economicidade, eficiência e segurança jurídica.

